

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
UISEU DÃO LAFÕES

ATA N.º 39 DO CONSELHO INTERMUNICIPAL

-----Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, pelas catorze horas e trinta minutos, realizou-se, no Museu Municipal Soares de Albergaria, na vila de Carregal do Sal, a reunião ordinária do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, sob a presidência do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e representando o número de eleitores abaixo indicado, os seguintes membros:-----

Município	Eleitores	Cargo	Nome
Aguiar da Beira	5 835	Presidente	Virgílio da Cunha
Carregal do Sal	9 006	Presidente	Paulo Jorge Catalino Almeida Ferraz
Castro Daire	13 908	Presidente	Paulo Martins de Almeida
Mangualde	17 874	Presidente	Marco Filipe Pessoa Almeida
Nelas	12 547	Presidente	Joaquim Augusto Alves Amaral
Oliveira de Frades	8 689	Vice-Presidente	José Luís Pinheiro de Lima
Penalva do Castelo	7 441	Vice-Presidente	José Dias Lopes Laires
Santa Comba Dão	10 270	Presidente	Leonel José Antunes Gouveia
São Pedro do Sul	14 926	Presidente	Vítor Manuel de Almeida Figueiredo
Sátão	12 735	Vice-Presidente	Fernando António Correia Gomes
Tondela	24 836	Vice-Presidente	João Carlos Figueiredo Antunes
Vila Nova de Paiva	5 970	Vice-Presidente	Nuno Miguel Amaro Coutinho
Viseu	92 427	Presidente	Fernando de Carvalho Ruas
Vouzela	8 970	Presidente	Rui Miguel Ladeira Pereira

----- A ordem de trabalhos presente na convocatória foi a seguinte: -----

----- 1 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 6/06/2023; -----

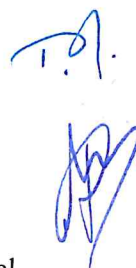
----- 2 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 23/06/2023;-----

----- 3 - Análise e discussão da proposta de constituição da Unidade Local de Saúde de Viseu Dão Lafões, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----


----- 4 - Análise e discussão da proposta de Estratégia Intermunicipal no domínio da proteção civil e da resiliência da floresta, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 5 - Análise, discussão e votação da proposta de delegação de competências e poderes de direção de procedimento do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões no Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 6 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para assegurar as tarefas da Unidade Administrativa e Financeira (UGAF) da CIM Viseu Dão Lafões”, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----



- 7 - Análise, discussão e votação do projeto de decisão relativo ao procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para aluguer de espaço publicitário no saco do jornal Expresso” (AD_35/2023), nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- 8 - Análise, discussão e votação do projeto de decisão e aprovação da minuta de contrato relativa ao procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para realização de missões empreendedoras no âmbito do projeto Wanted | Escolas Empreendedoras da CIM Viseu Dão Lafões” (AD_36/2023), nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- 9 - Análise, discussão e votação do projeto de decisão e aprovação da minuta de contrato relativa ao procedimento concursal para a “Aquisição de Serviços para a elaboração de processos de Representação Gráfica Georreferenciada, no âmbito do projeto de “Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Viseu Dão Lafões - BUPi”” (AD_37/2023), nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- 10 - Análise, discussão e votação do projeto de decisão e aprovação da minuta de contrato relativa ao procedimento concursal para a “Aquisição de Serviços para a elaboração de processos de Representação Gráfica Georreferenciada, no âmbito do projeto de “Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Viseu Dão Lafões - BUPi”” (AD_38/2023), nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- 11 - Análise, discussão e votação do projeto de decisão e aprovação da minuta de contrato relativa ao procedimento concursal para a “Aquisição de Serviços para a elaboração de processos de Representação Gráfica Georreferenciada, no âmbito do projeto de “Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Viseu Dão Lafões - BUPi”” (AD_39/2023), nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- 12 - Análise, discussão e votação do projeto de decisão e aprovação da minuta de contrato relativa ao procedimento concursal para a “Aquisição de Serviços para a elaboração dos projetos de execução no âmbito das Aldeias do Caramulo” (AD_40/2023), nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- 13 - Análise, discussão e votação do projeto de decisão relativo ao procedimento concursal para a “Aquisição de licenças de utilização para software de produtividade do tipo Microsoft Office ou equivalente” (AD_41/2023), nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- 14 - Análise, discussão e votação da proposta de adenda ao contrato de “Aquisição de serviços especializados de formação em língua inglesa” (AD_46/2022), nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- 15 - Análise, discussão e votação da proposta de adenda ao contrato de “Aquisição e instalação de sinalética, no âmbito da candidatura “MEG: Rota do Megalitismo da Região Viseu Dão Lafões e Sever do Vouga”” (CP_12/2022), nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----



----- Período de Antes da Ordem do Dia.-----

----- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Fernando de Carvalho Ruas, informou os presentes que tinha solicitado a presença, na reunião do Conselho Intermunicipal, do Secretário Executivo, Nuno Martinho, nos termos do nº 6 do art.º 89º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

----- Continuou a sua intervenção, informando, os presentes que tinha participado, conjuntamente com o Senhores Presidentes da AIRV e do IPV e com o Senhor Secretário Executivo, no âmbito da eventual criação de uma ZLT – Zona Livre Tecnológica, pelo que solicitou que o Senhor Secretário Executivo, explicasse aos presentes o que se pretendia.-----

----- Foi dada a palavra aos Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, que começou a sua intervenção, enquadrando os presentes no que é que consistia uma ZLT, sendo que a que tinha sido analisada na reunião referida pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, seria para ser implementada na zona do Aeródromo Municipal de Viseu e versaria a área dos drones, ou seja, permitir criar uma zona de desenvolvimento e de testes destes equipamentos.-----

----- Continuou a sua intervenção, informando, que caso o Conselho Intermunicipal aprovasse a realizada desta candidatura da CIM junto da ANI – Agência Nacional de Inovação, a CIM começaria, desde já a trabalhar em parceria com a AIRV e o IPV na preparação da candidatura. -

----- Concluiu a sua intervenção, propondo, ainda, que caso a presente proposta fosse aprovada pelos Senhores Presidentes a CIM tornaria, de imediato, publica a vontade de apresentar uma candidatura e que a mesma envolveria os parceiros já referidos.-----

----- Depois de ter esclarecido os presentes relativamente ao potencial da ideia em apreço, bem como, no impacto que a mesma poderia ter para a região, foi a mesma aprovada pela unanimidade dos presentes.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Carregal do Sal, Paulo Catalino, que informou os presentes que o Senhor Presidente da Assembleia da República iria estar presente em Carregal do Sal, no dia do município, dia 17 de julho, pelo que convidava os presentes a estarem presentes na sessão solene de boas-vindas.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de São Pedro do Sul, Vítor Figueiredo, alertou os presentes para o facto de a lista candidata ao Turismo do Centro de Portugal, não conter nenhuma pessoa de Viseu Dão Lafões, o que considerava prejudicial para a região, pelo que considerava importante que, se não agora, no futuro se deveria promover alguém para integrar os órgãos diretivos do TCP.-----

----- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Fernando Ruas, que começou por referir ter ficado satisfeito com o facto de ter sido possível construir uma lista de consenso, o que só abonava em favor da Região Centro de Portugal.-----



----- Continuou a sua intervenção, referindo, concordar com a preocupação manifestada pelo Senhor Presidente da Câmara de São Pedro do Sul, Vitor Figueiredo, pelo que a CIM deveria manter-se atenta a esta situação. -----

----- Concluiu a sua intervenção, referindo, que, também, considerava positiva a escolha do Dr. Pedro Machado para liderar a Agência Regional de Promoção Turística.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Vouzela, Rui Ladeira, que referiu perceber a preocupação, sendo que as CIM's iriam ser convidadas a integrar o Conselho Consultivo do TCP e como tal ter um fórum para intervir. -----

----- Concluiu a sua intervenção, salientando, o facto de ter sido possível apresentar-se uma lista de consenso, sendo que muitas das vezes esses mesmos consensos impedem uma melhor distribuição geográfica dos membros das listas.-----


----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Nelas, Joaquim Amaral, que informou os presentes que o Senhor Primeiro-Ministro iria visitar no dia 5 de julho a empresa Luso Finsa, situada em Nelas, pelo que reiterava o convite já remetido aos Senhores Presidentes para estarem presentes. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Carregal do Sal, Paulo Catalino, que a propósito da visita do Senhor Primeiro-Ministro e do Senhor Presidente da Assembleia da República, referiu ser importante que os Municípios da CIM, nomeadamente os Senhores Presidentes, conseguissem estar presentes nesses momentos, pois seriam um sinal de coesão territorial, bem como de empoderamento dos municípios que naquele momento estavam a receber estes, ou outros, altos dignatários. -----

----- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho intermunicipal, Fernando Ruas, que a este propósito concordam com a necessidade de a CIM estar representada nesses e noutros momentos, pelo que propôs que sempre que ele próprio não conseguisse estar presente a CIM se fizesse apresentar pelos Vice-Presidentes, ou por um dos Presidentes dos municípios mais próximos ou pelo Secretário Executivo. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Aguiar da Beira, Virgílio Cunha, que questionou o Senhor Secretário Executivo, sobre se no âmbito do projeto SGPAV já havia alguma evolução, nomeadamente no que dizia respeito ao empréstimo do BEI. -----

----- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Fernando Ruas, que informou os presentes que tinha estado numa reunião com o Senhor Ministro das Infraestruturas, conjuntamente com o Presidente da CIM de Coimbra, no âmbito das obras do IP3 e na sequência de uma reunião que se tinha realizado há já algum tempo em Penacova, na qual tinha ficado acordado solicitar-se uma reunião ao Senhor Ministro, mas que por vicissitudes várias apenas se tinha realizado agora. -----



----- Continuou a sua intervenção, salientando, que a solicitação conjunta da reunião, CIM de Coimbra e CIM Viseu Dão Lafões, visava solicitar ao Governo, através do Senhor Ministro das Infraestruturas, para a implementação de uma solução definitiva dos constrangimentos do IP3, sendo que as duas CIM's apresentaram ao Senhor Ministro uma solução.-----

----- O Senhor Presidente do Conselho intermunicipal, descreveu a reunião como sendo amigável, mas ao mesmo tempo desoladora, uma vez que a solução apresentada pelas duas Comunidades intermunicipais, tinha sido elaborada pelos mesmos técnicos que tinham elaborado os projetos das atuais intervenções, sendo que a proposta apresentada visava a construção de uma solução de duas vias em cada sentido em toda a extensão do IP3, não se exigindo, em momento algum que a mesma fosse uma autoestrada, apenas se referiu ao Senhor Ministro que a solução apresentada proporcionava às duas regiões uma ligação rodoviária em faixa dupla em toda a sua extensão. ---

----- Concluiu a sua intervenção, referindo, ter sido dito ao Senhor Ministro que teria sido preferível que se tivessem iniciassem as obras nos sítios onde havia estrangulamentos, pois eram os mais necessários, não querendo com isto dizer que os outros troços não fossem ou sejam necessárias as demais intervenções previstas.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Mangualde, Marco Almeida, que começou a sua intervenção, referindo, não colocar em causa a legitimidade do Senhor Presidente do Conselho intermunicipal em estar presente na reunião com o Senhor Ministro das Infraestruturas em representação da CIM.-----

----- Continuou a sua intervenção, referindo, que a sua preocupação com a referida reunião se prendia com o facto de, por exemplo, o IC12 não ter sido objeto de discussão com o Senhor Ministro, nem tão pouco ter sido referida a criticidade para o desenvolvimento da região, tanto mais que em 2025 termina o prazo para o Governo decidir se avança ou não com a sua conclusão.

----- Concluiu a sua intervenção, referindo, que as limitações urbanísticas, associadas às limitações de crescimento, em termos empresariais o preocupam, motivo pelo qual lamentava não ter sido colocada esta e outras questões de mobilidade ao Senhor Ministro das Infraestruturas. ---

----- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Fernando Ruas, que referiu estar disponível, como sempre tinha estado até aqui para ir ao Senhor Ministro das Infraestruturas falar sobre o IC12 ou sobre outra infraestrutura que o Conselho Intermunicipal ou cada um dos Senhores Presidentes considerasse importante, sendo que, nesta reunião, a questão do IC12 ou de qualquer outra infraestrutura não se colocava pois a mesma tinha resultado de uma solicitação conjunta da CIM da Região de Coimbra e da CIM Viseu Dão Lafões, com o intuito de se discutir o IP3 e a apresentação de uma solução de duas faixas em cada sentido entre Viseu e Coimbra.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Nelas, Joaquim Amaral, que no seguimento da preocupação explanada pelo Senhor Presidente da Câmara de Mangualde,



relativamente ao IC12, acrescentava a sua preocupação com o IC37, pois o seu município deveria estar a ser serviço por estas duas vias. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Castro Daire, Paulo Martins de Almeida, que relativamente à problemática em apreço, considera que existem determinados assuntos que devem ser tratados isoladamente, ou seja se a reunião era uma solicitação conjunta das duas CIM's para tratar do IP3, então a reunião deve restringir-se a essa problemática, sendo que isso não invalidava que se solicitasse uma outra reunião ao Senhor Ministro das infraestruturas para discutir a problemática de uma outra infraestrutura rodoviária, seja ela o IP3, o IC37, ou a EN229. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Santa Comba Dão, Leonel Gouveia, que começou a sua intervenção, referindo, que se a região ainda não tinha um IP3 com duas faixas em cada sentido era por responsabilidade dos autarcas mais antigos, que não tinham sido capazes de fazer sentir ao Governo a urgência da sua construção.-----

----- Continuou a sua intervenção, salientando, que era importante que as posições que se viessem tomar, no âmbito do IP3, fossem de força de forma unanime. -----

----- Concluiu a sua intervenção, afirmando, que o troço do IP3 que estava a ser intervencionado primeiramente, decorria do acordo tido no mandato anterior, sendo que a questão em relação a esse entendimento era o facto de as obras se estarem a iniciar com um atraso muito significativo.


----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Carregal do Sal, Paulo Catalino, que propôs que numa próxima reunião do Conselho Intermunicipal fosse apresentada a solução que tinha sido levada ao Senhor Ministro das Infraestruturas. -----

----- Concluiu a sua intervenção, afirmando, compreender a posição do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal na referida reunião, sendo que a este Conselho Intermunicipal caberia a responsabilidade de continuar a lutar pelas infraestruturas que continuam a fazer falta ao território.

----- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara de Penalva do Castelo, José Laires, que referiu que o IC12 era importante não só para os municípios diretamente atravessados pela via, mas para muito municípios a nascente de Viseu, pelo que era uma infraestrutura importante para a região. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Castro Daire, Paulo Martins de Almeida, que relativamente ao IP3 referiu ser importante que se continuasse a lutar para a abolição dos constrangimentos existentes, pois os mesmos eram um entrave ao desenvolvimento territorial.

----- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, que relativamente ao IP3, recordou os presentes que no âmbito de reuniões passadas com os Senhores Ministros das Infraestruturas, Pedro Marques e Pedro Nuno Santos, estes sempre tinham afirmado que as obras de requalificação do IP3 iriam começar pelos troços já enumerados, sendo que eles próprios afirmavam que a região não deveria perder de horizonte a vontade e a luta de transformarem o



que agora se denominada de 85-12-3, ou seja, oitenta e cinco por cento do traçado com duas faixas em cada sentido, doze por cento do traçado com duas faixas num sentido e uma noutro e três por cento do traçado com uma faixa em cada sentido, para passar a ter uma estrada com duas faixas em cada sentido em toda a sua extensão. -----

----- Continuou a sua intervenção, referindo, que era importante que os municípios acelerassem a submissão de pedidos de pagamento, de forma a fazer subir a taxa de execução do PT2020, pois a CIM sabe que há obras executadas e autos de medição faturados nos municípios, mas que os mesmos ainda não estavam submetidos em pedidos de pagamento o que provocava que a taxa de execução do território era mais baixa do que a realidade demonstrava. -----

----- Informou, ainda, os presentes, o Senhor Secretário Executivo, que no âmbito do PAMUS, a CIM tinha submetido um pedido de reprogramação, sendo que o mesmo estava a provado, passando a terminar a 30 de setembro, pelo que no âmbito da reprogramação financeira a realizar era importante que os municípios informassem a CIM da sua taxa de execução, física e financeira, pois sem isso não seria possível antever as eventuais necessidades financeiras de cada um dos municípios, no âmbito do projeto. -----

----- Continuou a sua informação o Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, alertando, os presentes para a criticidade da elaboração dos planos de ação climática municipais e para os planos municipais de emergência, sendo que a CIM estava na disposição de realizar uma contratação conjunta, para os municípios que manifestassem vontade de integrar o projeto, sendo que estes planos teriam de estar concluídos em dezembro do corrente ano, por força da lei. -----

----- O Senhor Secretário Executivo, continuou a sua intervenção, informando, que no âmbito da elaboração do Plano de Ecovias de Viseu Dão Lafões se iriam realizar reuniões individuais de trabalho entre os municípios, a CIM e a equipa projetista nos dias 13 e 14 de julho, pelo que apelava a que o Vereador com o pelouro comparecesse na reunião, acompanhado dos técnicos municipais para que fosse possível começar a conformar opções de traçado. -----

----- Relativamente à problemática do SGPAV, o Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, informou os presentes que a CIM estava a aguardar o envio, pelo Banco de Fomento, de uma matriz para ser preenchida pela CIM, o que ainda não tinha acontecido. -----

----- Concluiu a sua intervenção, informando, os presentes que se realizado no dia 27 de junho a sessão pública de apresentação da campanha de verão da CIM, no Balneário Romana das Termas de São Pedro do Sul, pelas onze horas, e que, entre outros, tinha contado com a presença do Presidente da Turismo Centro de Portugal, Pedro Machado. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Carregal do Sal, Paulo Catalino, que referiu que os serviços do seu município, também, se têm queixado da falta de resposta do PO Centro, relativamente a diversos relatórios finais e pedidos de pagamento já submetidos há muito tempo. -----



----- Verificando a inexistência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Fernando de Carvalho Ruas, deu por encerrado o período de antes da ordem do dia. -----

----- Período da Ordem do Dia.-----

----- Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 6/06/2023 - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Fernando Ruas, colocou à apreciação dos presentes a proposta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 6/06/2023. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 245.434 eleitores, aprovar a proposta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 6/06/2023. -----

----- Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 23/06/2023 - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Fernando Ruas, colocou à apreciação dos presentes a proposta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 23/06/2023.-----


----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 245.434 eleitores, aprovar a proposta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 23/06/2023.-----

----- Quanto ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** – Análise e discussão da proposta de constituição da Unidade Local de Saúde de Viseu Dão Lafões, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Fernando Ruas, lembrou os presentes que se tinha realizado uma reunião com o ACES Dão Lafões e a Administração do Hospital, relativamente à constituição da ULS, sendo que eles apenas tinham apresentado um draft de um plano de negócios, tendo eles ficado de enviar a sua versão final para nossa análise e apresentação de contributos, sendo que, até ao momento, ainda não o tinham feito.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Vouzela, Rui Ladeira, que começou por afirmar considerar importante que se criem estruturas que aumentem a eficiência dos serviços, sem que isso signifique a perda de serviços existentes nos centros de saúde e, concomitantemente, afastamento das populações.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Castro Daire, Paulo Martins de Almeida, que considerou importante a criação de uma nova estrutura com autonomia económica e financeira e naturalmente com capacidade de decisão, pois caso não tenha essa capacidade não via razão para a sua criação. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara de Oliveira de Frades, José Luis Lima, que afirmou que nesta nova entidade a CIM iria ser chamada a indicar um Vogal Executivo,



pelo que considerava importante que a CIM tivesse a possibilidade de analisar todos estes documentos previamente. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara de Tondela, João Carlos Figueiredo, que começou a sua intervenção, afirmando, que tanto quanto era do seu conhecimento o plano de negócios já teria sido entregue no dia 30 de junho, sendo que o hospital já não entregava orçamento por o mesmo se encontrar incluído no da ULS, pelo que era muito importante que a CIM conhecesse o referido documento. -----

----- Concluiu a sua intervenção, propondo, que a CIM averiguasse junto do ACES Dão Lafões e da Administração do hospital de era verdadeira esta informação. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Carregal do Sal, Paulo Catalino, que a este propósito começou por afirmar que considerava muito importante que as Câmaras e a CIM estivessem envolvidas na elaboração destes documentos desde a primeira hora, pelo que considerava importante saber-se a partir de quando é que a CIM poderia indicar um seu representante para melhor acompanhar todas estas matérias. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, que começou por relembrar os presentes relativamente às questões que tinham sido colocadas pela CIM, na referida reunião, e que até ao presente momento ainda não tinham resposta, conhecida da CIM, nomeadamente qual era a estratégia a que o plano de negócios iria dar resposta, qual era o plano de investimento associado, como seria integrado, ou não o INEM, como seriam geridas as urgências e os serviços de atendimento permanente, entre outras. -----

----- Concluiu a sua intervenção, alertando, para o facto de não ter sido possível obter-se uma resposta dos responsáveis da área da saúde relativamente ao impacto que a criação da ULS teria, em face da transferência de competências na área da saúde para os municípios, pelo que propunha o envio de uma e-mail a solicitar informações relativamente ao ponto em que se encontrava a elaboração do plano de negócios e quando é que o mesmo poderia ser analisado pela CIM, para que esta, querendo, pudesse remeter os seus contributos, tendo a mesma sido aprovada pela unanimidade dos presentes. -----

----- Quanto ao **quarto ponto da ordem de trabalhos** - Análise e discussão da proposta de Estratégia Intermunicipal no domínio da proteção civil e da resiliência da floresta, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Fernando Ruas, informou os presentes que tinha convidado o Senhor Eng.º André Mota, Chefe de Equipa Multidisciplinar da Unidade de Ambiente e Proteção Civil da CIM, para apresentar o assunto em apreço. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, que começou a sua intervenção, informando, os presentes que, neste âmbito, se tinham realizado reuniões de trabalho com as associações de bombeiros e com os GTF's e serviços municipais de proteção civil, nos

dias 6 e 7 de junho, respetivamente, onde, também, lhes tinha sido apresentada a proposta de Estratégia Intermunicipal no domínio da proteção civil e da resiliência da floresta. -----

----- Foi dada a palavra aos Senhor Chefe de Equipa Multidisciplinar da Unidade de Ambiente e Proteção Civil da CIM, Eng.º André Mota, que apoiado numa apresentação powerpoint apresentou, detalhadamente, a proposta de Estratégia Intermunicipal no domínio da proteção civil e da resiliência da floresta, tendo-se, de seguida, colocado à disposição para prestar os esclarecimentos adicionais que se considerassem necessários. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Carregal do Sal, Paulo Catalino, que começou a sua intervenção, afirmando, que esta era uma área que considerava que deveria existir uma política intermunicipal, sendo que a mesma deveria, inclusive, incluir a apresentação de proposta de distribuição de meios pela região, nomeadamente, propondo a distribuição de serviços regionais pelos diversos municípios. -----

----- Continuou a sua intervenção, salientando, a importância da formação destes agentes de proteção, sendo que essa passaria a ser uma das grandes responsabilidades que a CIM iria assumir, razão pela qual estava a trabalhar na criação, em Carregal do Sal, de uma ULF para condução defensiva, uma vez que tal não era possível ministrar nas ULF's de Castro Daire e de Mangualde.

----- Concluiu a sua intervenção, informando, que o projeto que tinha desenvolvido, no seu município, para a escola de formação, já tinha maturidade, incluindo a capacidade para a criação de um centro no sul do território da CIM Viseu Dão Lafões. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Santa Comba Dão, Leonel Gouveia, que começou a sua intervenção, manifestando, a sua surpresa com o que o Senhor Presidente da Câmara de Carregal do Sal tinha afirmado e desenvolvido, nomeadamente após todo o trabalho que vinha sendo desenvolvido, desde há muito tempo, pelos Bombeiros Voluntários de Santa Comba Dão, em conjunto com o Município de Santa Comba Dão. -----

----- Continuou a sua intervenção, referindo, que o Conselho Intermunicipal não poderia esquecer todo um passado de Santa Comba Dão, nomeadamente aí disponibilizar para a região a primeira ambulância do INEM, o heliporto, a primeira BAL colocada à disposição de todo um território. -

----- Referiu, ainda, que, mais uma vez o seu município e a sua corporação de bombeiros tinham desenvolvido um trabalho em prol da região ao voltarem a ter tudo preparado para que o heliporto voltasse a estar funcional, sendo que tinha tudo preparado com a Escola Nacional de Bombeiros e a ANEPC, para a instalação de uma ULF na antiga escola profissional de Santa Comba Dão. --

----- Concluiu a sua intervenção, afirmando, que se houver justiça este passo a dar no território deverá ser no Município de Santa Comba Dão e não no Município de Carregal do Sal, pelo que irá perceber o que poderá ter ou estar a falhar e que daí deverá retirar as devidas consequências.-

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Castro Daire, Paulo Martins de Almeida, que começou a sua intervenção, afirmando, que a apresentação efetuada não era um

documento fechado, sendo que toda e qualquer decisão a tomar deverá ter em conta as questões geográficas, número de ocorrências, tipologia de ocorrências e variedade de ocorrências. -----

----- Concluiu a sua intervenção, afirmando, que no seu caso o seu município tinha duas corporações de bombeiros, sendo que estava a trabalhar com a ANEPC e com os Bombeiros de Castro Daire no sentido de não só se olhar para as questões do combate, mas também, para as questões da prevenção, pelo que proximamente iria apresentar uma proposta de trabalho nesta área ao Conselho Intermunicipal. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Vouzela, Rui Ladeira, que começou a sua intervenção, felicitando, a CIM pela qualidade da apresentação realizada. -----

----- Continuou a sua intervenção, referindo, que a CIM e os municípios estavam a investir muito dinheiro em planos setoriais, pelo que se deveria ter a capacidade de os transformar numa estratégia conjunta da região, sendo que estava disponível para compartilhar a aquisição de serviços de uma entidade externa, de competência reconhecida, que tivesse a capacidade de avaliar os meios instalados e daí formular uma proposta de estratégia para o futuro a curto, médio e longo prazo. -----

----- Concluiu a sua intervenção, afirmando, que se algum município pretender um determinado investimento, sem que se tenha em consideração todo o passado e capacidade instalada o deverá fazer a expensas próprias. -----

----- Quanto ao **quinto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de delegação de competências e poderes de direção de procedimento do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões no Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Fernando Ruas, apoiado na proposta de delegação de competências informou os presentes sobre o assunto em apreço. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 245.434 eleitores: -----

----- 1. Como princípio orientador geral, de forma a garantir os princípios e as disposições legais citadas, que o Conselho Intermunicipal delegar no Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. Fernando de Carvalho Ruas, o poder de direção dos procedimentos nas áreas, funções, tarefas que estão cometidas ao Conselho Intermunicipal, incluindo os procedimentos concursais lançados segundo as regras de Contratação Pública, com possibilidade de subdelegação nos Vices Presidentes do Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, ao abrigo das disposições supramencionadas, bem como designadamente do artigo 46.º, conjugado com os nºs 2 e 3, do artigo 55.º do CPA, salvo disposição legal, regulamentar ou estatutária em contrário ou quando a isso obviarem as condições de serviço ou outras razões ponderosas, invocadas fundamentadamente no procedimento concreto ou em diretiva interna respeitante a certos



procedimentos, podendo este encarregar inferiores hierárquicos/trabalhadores/as, como «Gestores/as do Procedimento», para a realização de diligências instrutórias específicas nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 55.º do CPA; 2. Seja dado conhecimento da deliberação a adotar pelo Conselho Intermunicipal a todos os serviços intermunicipais e se efetue a devida publicidade, nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 47º do CPA. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 6 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- **Quanto ao sexto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para assegurar as tarefas da Unidade Administrativa e Financeira (UGAF) da CIM Viseu Dão Lafões”, de acordo com a informação de serviço n.º 1789/2023, de 28 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Fernando Ruas, apoiado na informação de serviço n.º 1789/2023 informou os presentes sobre o assunto em apreço. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 245.434 eleitores, aprovar a proposta de abertura de procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para assegurar as tarefas da Unidade Administrativa e Financeira (UGAF) da CIM Viseu Dão Lafões”. -----

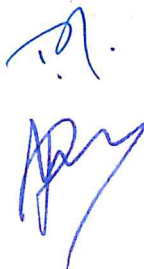
----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 6 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- **Quanto ao sétimo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação do projeto de decisão relativo ao procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para aluguer de espaço publicitário no saco do jornal Expresso” (AD_35/2023), de acordo com a informação de serviço n.º 1808/2023, de 3 de julho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Fernando Ruas, apoiado na informação de serviço n.º 1808/2023, informou os presentes sobre o assunto em apreço. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 245.434 eleitores, aprovar o projeto de decisão relativo ao procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para aluguer de espaço publicitário no saco do jornal Expresso” (AD_35/2023), e a proposta de adjudicação do referido contrato ao concorrente Impresa Publishing, S. A., nos termos da sua proposta, pelo valor de 6.500,00€ (seis mil e quinhentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 6 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- **Quanto ao oitavo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação do projeto de decisão e aprovação da minuta de contrato relativa ao procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para realização de missões empreendedoras no âmbito do projeto Wanted



| Escolas Empreendedoras da CIM Viseu Dão Lafões” (AD_36/2023), de acordo com a informação de serviço n.º 1790/2023, de 28 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Fernando Ruas, apoiado na informação de serviço n.º 1790/2023 informou os presentes sobre o assunto em apreço. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 245.434 eleitores, aprovar o projeto de decisão relativo ao procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para realização de missões empreendedoras no âmbito do projeto Wanted | Escolas Empreendedoras da CIM Viseu Dão Lafões” (AD_36/2023), e a proposta de adjudicação do referido contrato ao concorrente NEOMARCA – Inovação e Desenvolvimento, Lda., nos termos da sua proposta, pelo valor de 12.350,00€ (doze mil, trezentos e cinquenta euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, bem como a respetiva minuta de contrato. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 6 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **nono ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação do projeto de decisão e aprovação da minuta de contrato relativa ao procedimento concursal para a “Aquisição de Serviços para a elaboração de processos de Representação Gráfica Georreferenciada, no âmbito do projeto de “Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Viseu Dão Lafões - BUPi”” (AD_37/2023), de acordo com a informação de serviço n.º 1793/2023, de 29 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Fernando Ruas, apoiado na informação de serviço n.º 1793/2023, enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 245.434 eleitores, aprovar o projeto de decisão relativo ao procedimento concursal para a “Aquisição de Serviços para a elaboração de processos de Representação Gráfica Georreferenciada, no âmbito do projeto de “Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Viseu Dão Lafões - BUPi”” (AD_37/2023), e a proposta de adjudicação do referido contrato à concorrente Cláudia Isabel Fernandes de Sousa, nos termos da sua proposta, pelo valor de 8.000,00€ (oito mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, bem como a respetiva minuta de contrato. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 6 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **décimo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação do projeto de decisão e aprovação da minuta de contrato relativa ao procedimento concursal para a “Aquisição de Serviços para a elaboração de processos de Representação Gráfica Georreferenciada, no âmbito do projeto de “Implementação do Sistema de Informação Cadastral



Simplificado na região Viseu Dão Lafões - BUPi” (AD_38/2023), de acordo com a informação de serviço n.º 1794/2023, de 29 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Fernando Ruas, apoiado na informação de serviço n.º 1794/2023, enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço.-----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 245.434 eleitores, aprovar o projeto de decisão relativo ao procedimento concursal para a “Aquisição de Serviços para a elaboração de processos de Representação Gráfica Georreferenciada, no âmbito do projeto de “Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Viseu Dão Lafões - BUPi” (AD_38/2023), e a proposta de adjudicação do referido contrato ao concorrente Filipe Daniel Suarez Ferreira, nos termos da sua proposta, pelo valor de 8.000,00€ (oito mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, bem como a respetiva minuta de contrato. -----


----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 6 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **décimo primeiro ponto da ordem de trabalhos** – Análise, discussão e votação do projeto de decisão e aprovação da minuta de contrato relativa ao procedimento concursal para a “Aquisição de Serviços para a elaboração de processos de Representação Gráfica Georreferenciada, no âmbito do projeto de “Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Viseu Dão Lafões - BUPi” (AD_39/2023), de acordo com a informação de serviço n.º 1795/2023, de 29 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Fernando Ruas, apoiado na informação de serviço n.º 1795/2023, enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço.-----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 245.434 eleitores, aprovar o projeto de decisão relativo ao procedimento concursal para a “Aquisição de Serviços para a elaboração de processos de Representação Gráfica Georreferenciada, no âmbito do projeto de “Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Viseu Dão Lafões - BUPi” (AD_39/2023), e a proposta de adjudicação do referido contrato ao concorrente Tiago Rafael Pereira Marques, nos termos da sua proposta, pelo valor de 8.000,00€ (oito mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, bem como a respetiva minuta de contrato. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 6 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **décimo segundo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação do projeto de decisão e aprovação da minuta de contrato relativa ao procedimento concursal para a “Aquisição de Serviços para a elaboração dos projetos de execução no âmbito das Aldeias do Caramulo” (AD_40/2023), de acordo com a informação de serviço n.º 1792/2023, de 28 de junho,



nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Fernando Ruas, apoiado na informação de serviço n.º 1792/2023 enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 245.434 eleitores, aprovar o projeto de decisão relativo ao procedimento concursal para a “Aquisição de Serviços para a elaboração dos projetos de execução no âmbito das Aldeias do Caramulo” (AD_40/2023), e a proposta de adjudicação do referido contrato ao concorrente João Miguel Ruano Rodrigues, nos termos da sua proposta, pelo valor de 18.500,00€ (dezoito mil e quinhentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, bem como a respetiva minuta de contrato. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 6 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **décimo terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação do projeto de decisão relativo ao procedimento concursal para a “Aquisição de licenças de utilização para software de produtividade do tipo Microsoft Office ou equivalente” (AD_41/2023), de acordo com a informação de serviço n.º 1798/2023, de 29 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Fernando Ruas, apoiado na informação de serviço n.º 1798/2023 enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 245.434 eleitores, aprovar o projeto de decisão relativo ao procedimento concursal para a “Aquisição de licenças de utilização para software de produtividade do tipo Microsoft Office ou equivalente” (AD_41/2023), e a proposta de adjudicação do referido contrato ao concorrente CLARANET II SOLUTIONS, S.A., nos termos da sua proposta, pelo valor de 9.343,21€ (nove mil, trezentos e quarenta e três euros e vinte e um cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 6 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **décimo quarto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de adenda ao contrato de “Aquisição de serviços especializados de formação em língua inglesa” (AD_46/2022), de acordo com a informação de serviço n.º 1779/2023, de 26 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Fernando Ruas, apoiado na informação de serviço n.º 1779/2023 enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 245.434 eleitores, aprovar a proposta de adenda ao contrato de “Aquisição de serviços especializados de formação em língua inglesa”

(AD_46/2022), celebrado a 11 de agosto de 2022, com a empresa Language Services & Solutions - Arte das Palavras, Lda. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 6 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **décimo quinto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de adenda ao contrato de “Aquisição e instalação de sinalética, no âmbito da candidatura “MEG: Rota do Megalitismo da Região Viseu Dão Lafões e Sever do Vouga”” (CP_12/2022), de acordo com a informação de serviço n.º 1791/2023, de 28 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Fernando Ruas, apoiado na informação de serviço n.º 1791/2023 enquadrando os presentes sobre o assunto em apreço. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 245.434 eleitores, aprovar a proposta de 2ª adenda ao contrato de “Aquisição e instalação de sinalética, no âmbito da candidatura “MEG: Rota do Megalitismo da Região Viseu Dão Lafões e Sever do Vouga”” (CP_12/2022), celebrado a 11 de janeiro de 2023, com a empresa AMBIENTI D'INTERNI, UNIPESOAAL LDA. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 6 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Fernando de Carvalho Ruas, declarou encerrada a reunião, pelas dezoito horas e quinze minutos, lavrando-se a presente ata que, irá ser assinada pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e por mim, José Carlos de Oliveira Almeida, que a redigi. -----

